Maxi educa

TRINDADE-PE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE - PERNAMBUCO

PROFESSOR II - MATEMÁTICA



- APOSTILA COMPLETA
- MATERIAL PARA DOWNLOAD
- TEORIA E QUESTÕES

EDITAL Nº 001/2026 DO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TRINDADE (PE)

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação: https://www.maxieduca.com.br

Maxi educa

SUMÁRIO

Prefeitura de Trindade - PE

Professor II - Matemática

LÍNGUA PORTUGUESA

Acentuação gráfica 1
Análise e interpretação de textos 3
Coerência textual. Coesão textual 4
Concordância nominal. Concordância verbal. 9
Emprego da crase 15
Figuras de linguagem 19
Ortografia oficial 25
Pontuação 33
Regência nominal. Regência verbal 37
Significação das palavras (sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos). 44
Tipos e gêneros textuais 48
Uso e colocação dos pronomes 55
Questões 61
Gabarito 72

LEGISLAÇÃO PARA PROFESSORES

Conselho Escolar e Conselho Municipal de Educação: Competências e atribuições .. 1
Constituição Federal (art. 205 a 214): Direito à educação e dever do Estado 6
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990): Direito à educação e deveres da escola 12
FUNDEB (Lei nº 14.113/2020): Financiamento da educação básica e controle social. 81
Gestão democrática do ensino público: Princípios legais e participação da comunidade escolar 105
Gestão de patrimônio público escolar: Controle, conservação e responsabilidade sobre bens públicos 112
Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011): Transparência na administração escolar 113
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996): Organização da educação nacional e competências dos entes federativos 126
Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 15.388/2026): Metas e responsabilidades dos municípios 158

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Regimento Escolar: Natureza jurídica, elaboração e aplicação 167
Responsabilidade administrativa do gestor escolar: Atos administrativos e deveres funcionais 173
Questões 179
Gabarito 186

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

Planejamento E Organização De Aulas De Matemática 1
Organização Da Rotina E Dos Materiais Utilizados Nas Aulas 6
Desenvolvimento Do Raciocínio Lógico E Matemático Dos Alunos 11
Ensino E Aplicação Das Operações Fundamentais Em Situações Práticas 17
Resolução E Elaboração De Problemas Matemáticos 18
Ensino De Números Naturais, Inteiros, Racionais E Reais 24
Desenvolvimento De Atividades Com Frações, Porcentagens E Números Decimais 27
Ensino De Razão, Proporção, Regra De Três E Aplicações No Cotidiano 33
Desenvolvimento De Atividades Relacionadas A Medidas, Grandezas E Unidades 37
Ensino De Conceitos Básicos De Geometria E Utilização De Figuras Geométricas 43
Leitura E Interpretação De Tabelas, Gráficos E Informações Numéricas 57
Desenvolvimento De Atividades Envolvendo Estatística E Probabilidade 62
Introdução E Aplicação De Conceitos De Álgebra Em Situações-Problema 66
Utilização De Jogos, Materiais Concretos E Recursos Tecnológicos No Ensino De Matemática 72
Adaptação De Atividades Aos Diferentes Níveis De Aprendizagem Dos Alunos 79
Elaboração E Aplicação De Exercícios E Atividades De Matemática 84
Correção E Acompanhamento Das Atividades Realizadas Pelos Alunos 89
Elaboração E Aplicação De Avaliações Da Aprendizagem Em Matemática 94
Identificação E Acompanhamento Das Dificuldades De Aprendizagem Dos Alunos 100
Registro Do Desenvolvimento Dos Alunos E Participação No Planejamento Pedagógico Da Escola 105
Questões 110
Gabarito 117

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Avaliação da aprendizagem 1
Currículo escolar 3
Desenvolvimento cognitivo e aprendizagem em Jean Piaget 7
Desenvolvimento sociocultural da aprendizagem em Lev Vygotsky 10
Didática e organização do ensino em José Carlos Libâneo 15
Educação e pedagogia crítica em Paulo Freire 20
Educação inclusiva e diversidade 25
Gestão democrática da escola 27
Interdisciplinaridade na educação em Ivani Fazenda 34
Legislação educacional brasileira. Políticas públicas educacionais 39
Planejamento de ensino 49
Projeto Político-Pedagógico (PPP) 53
Psicologia da educação 59
Tendências pedagógicas na educação brasileira em Dermeval Saviani 62
Teorias da aprendizagem 67
Tecnologias educacionais no processo de ensino-aprendizagem 74
Trabalho pedagógico e interdisciplinaridade 78
Construtivismo na educação em Emília Ferreiro 82
Avaliação mediadora em Jussara Hoffmann 87
Questões 93
Gabarito 98

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

A acentuação gráfica consiste no emprego do acento nas palavras grafadas com a finalidade de estabelecer, com base nas regras da língua, a intensidade e/ou a sonoridade das palavras. Isso quer dizer que os acentos gráficos servem para indicar a sílaba tônica de uma palavra ou a pronúncia de uma vogal. De acordo com as regras gramaticais vigentes, são quatro os acentos existentes na língua portuguesa:

- **Acento agudo**: indica que a sílaba tônica da palavra tem som aberto.

  Ex.: *área, relógio, pássaro.*

- **Acento circunflexo**: empregado acima das vogais “a” e” e “o”para indicar sílaba tônica em vogal fechada.

  Ex.: *acadêmico, âncora, avô.*

- **Acento grave/crase**: indica a junção da preposição “a” com o artigo “a”.

  Ex.: *“Chegamos à casa”. Esse acento não indica sílaba tônica!*

- **Til**: Sobre as vogais “a” e “o”, indica que a vogal de determinada palavra tem som nasal, e nem sempre recai sobre a sílaba tônica.

  Ex.: *a palavra órfã tem um acento agudo, que indica que a sílaba forte é “o” (ou seja, é acento tônico), e um til (˜), que indica que a pronúncia da vogal “a” é nasal, não oral. Outro exemplo semelhante é a palavra bênção.*

- **Monossílabas Tônicas e Átonas**: mesmo as palavras com apenas uma sílaba podem sofrer alteração de intensidade de voz na sua pronúncia.

  Ex.: *observe o substantivo masculino “dó” e a preposição “do” (contração da preposição “de” + artigo “o”).*

Ao comparar esses termos, percebermos que o primeiro soa mais forte que o segundo, ou seja, temos uma monossílaba tônica e uma átona, respectivamente. Diante de palavras monossílabas, a dica para identificar se é tônica (forte) ou fraca átona (fraca) é pronunciá-las em uma frase, como abaixo:

“Sinto grande dó ao vê-la sofrer.”

“Finalmente encontrei a chave do carro.”

Recebem acento gráfico

As monossílabas tônicas terminadas em:

- a(s) → pá(s), má(s);
- e(s) → pé(s), vê(s);
- o(s) → só(s), pôs.

As monossílabas tônicas formados por ditongos abertos -éis, -éu, -ói.

Ex.: *réis, véu, dói.*

Não recebem acento gráfico:

- **As monossílabas tônicas**: par, nus, vez, tu, noz, quis.
- As formas verbais monossilábicas terminadas em “-ê”, nas quais a 3a pessoa do plural termina em “-eem”.

Importante: Antes do novo acordo ortográfico, esses verbos era acentuados.

Ex.: *Ele lê → Eles ~~lêem~~ leem.*

Exceção: o mesmo não ocorre com os verbos monossilábicos terminados em “-em”, já que a terceira pessoa termina em “-êm”. Nesses caso, a acentuação permanece acentuada.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Participação colegiada na organização da escola

Natureza institucional do Conselho Escolar

O Conselho Escolar integra a organização participativa da unidade de ensino e cria um espaço formal para que diferentes segmentos da comunidade escolar intervenham em assuntos relevantes da vida institucional. Sua composição e seu funcionamento dependem das normas do sistema de ensino e do regimento aplicável, mas sua lógica central é colegiada: decisões, avaliações e encaminhamentos deixam de ficar restritos a uma única autoridade e passam a incorporar representação, debate e responsabilidade compartilhada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional associa a gestão democrática do ensino público à participação dos profissionais da educação e das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Essa referência dá ao colegiado uma função institucional vinculada à democratização da gestão, sem eliminar as competências próprias da direção, dos profissionais ou dos órgãos mantenedores.

Representação e vínculo com a comunidade escolar

A presença de representantes de diferentes segmentos amplia a capacidade do colegiado de perceber problemas sob perspectivas distintas. Famílias podem apresentar dificuldades relacionadas ao acesso, à comunicação e à permanência; estudantes podem revelar aspectos da convivência e da rotina que não aparecem nos registros administrativos; profissionais da escola contribuem com conhecimento pedagógico e operacional. A participação não transforma cada representante em defensor exclusivo de interesses particulares. A atuação colegiada exige considerar o interesse educacional comum, as normas vigentes e as condições concretas da unidade. Em uma situação de alteração do uso de espaços escolares, por exemplo, o debate pode reunir necessidades pedagógicas, segurança, acessibilidade, disponibilidade de ambientes e impacto sobre diferentes turmas antes da definição de um encaminhamento.

Competências deliberativas, consultivas e de acompanhamento

As atribuições específicas são definidas pelas normas do respectivo sistema e pela regulamentação da unidade, razão pela qual não é adequado presumir que todos os Conselhos Escolares brasileiros possuam exatamente o mesmo conjunto de poderes. Em termos funcionais, esses colegiados podem exercer competências deliberativas nos assuntos que lhes forem legalmente atribuídos, emitir manifestações consultivas, acompanhar ações institucionais e colaborar com processos de avaliação e planejamento. O limite da competência é essencial: uma deliberação colegiada não pode substituir órgão ou autoridade quando a matéria estiver reservada a outra instância.

Projeto pedagógico, prioridades e controle social

A participação do Conselho Escolar pode alcançar o acompanhamento da proposta pedagógica, das prioridades institucionais e da aplicação de recursos cuja gestão admita participação colegiada. O valor do controle social está na combinação entre acesso à informação, discussão fundamentada e registro das decisões. Ao analisar a aquisição de materiais para uma atividade escolar, por exemplo, o colegiado pode relacionar a necessidade apresentada às prioridades pedagógicas e às condições orçamentárias, observando as regras aplicáveis. O conselho não funciona como simples homologador de decisões já tomadas; sua contribuição é mais consistente quando recebe informações suficientes, registra divergências e acompanha a execução do que foi decidido.

A tabela diferencia funções recorrentes do colegiado sem convertê-las em atribuições universais, pois o alcance concreto depende da regulamentação do sistema de ensino.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Intencionalidade e arquitetura didática da aula

O planejamento de uma aula de Matemática começa pela definição do que os alunos deverão compreender, produzir e explicar ao trabalhar com determinado conteúdo. Uma aula organizada não é apenas uma sequência de tarefas; ela articula um propósito matemático, conhecimentos que precisam ser mobilizados, formas de participação, recursos e evidências que permitam ao professor perceber como o raciocínio se desenvolve. Essa articulação evita que atividades interessantes sejam usadas sem vínculo claro com a aprendizagem pretendida e também impede que o tempo seja consumido por exercícios desconectados entre si.

Objetivos matemáticos e conhecimentos mobilizados

Um objetivo de aula precisa indicar uma aprendizagem observável. Formulações como “trabalhar frações” são amplas demais para orientar decisões concretas. É mais funcional definir que os alunos deverão comparar partes de um mesmo todo, justificar qual fração representa maior quantidade ou reconhecer a relação entre representações pictóricas e numéricas. A precisão do objetivo influencia a escolha de exemplos, perguntas e registros. Também ajuda a distinguir o conteúdo central de conhecimentos que funcionam como apoio.

Formulação de objetivos observáveis

Objetivos bem delimitados incluem uma ação intelectual e um objeto matemático. Identificar regularidades, comparar procedimentos, representar uma situação, estimar um resultado ou justificar uma escolha são ações diferentes e produzem evidências diferentes. Se o objetivo for justificar, uma resposta numérica isolada não basta. Se o objetivo for representar, o professor precisa prever espaço para desenhos, esquemas, tabelas ou escrita simbólica. A clareza do verbo usado no planejamento, portanto, orienta o que será pedido ao aluno e o que será observado durante a aula.

Conexões entre conhecimentos prévios e novos

Todo conteúdo se apoia em relações já construídas. Ao introduzir frações com tiras de papel dobradas em partes iguais, por exemplo, o professor pode verificar se os alunos reconhecem a necessidade de partes de mesmo tamanho antes de associar a representação ao número fracionário. Essa verificação não exige uma atividade separada longa; pode ocorrer por uma pergunta inicial, uma comparação entre duas dobraduras ou uma breve discussão coletiva. O planejamento ganha consistência quando explicita quais conhecimentos antecedentes são indispensáveis e quais podem ser retomados durante a própria tarefa.

Sequenciamento do conteúdo e distribuição do tempo

A ordem das ações deve favorecer uma progressão de ideias. É comum que uma aula tenha momentos de apresentação do problema, trabalho dos alunos, circulação do professor, discussão de procedimentos e registro de uma ideia matemática. Esses momentos não precisam ter duração rígida, mas precisam caber no tempo disponível. Planejar quarenta minutos de resolução para uma aula curta, sem reservar tempo para socializar estratégias, enfraquece justamente a etapa em que relações importantes poderiam ser explicitadas.

Momentos de abertura, desenvolvimento e fechamento

A abertura precisa situar a tarefa e ativar conhecimentos pertinentes sem entregar a solução. O desenvolvimento concentra a produção dos alunos e a mediação docente. O fechamento recupera resultados relevantes, organiza linguagem e conecta o que foi feito ao objetivo definido. Fechar não significa repetir tudo; significa selecionar uma ideia que mereça ganhar forma mais estável. Em uma comparação entre 18÷3 e 18÷6, por exemplo, o fechamento pode destacar como o mesmo total é repartido em quantidades diferentes de grupos e como isso altera o tamanho de cada quociente.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

[1]O termo avaliar tem sido associado a fazer prova, fazer exame, atribuir notas, repetir ou passar de ano. Nela a educação é imaginada como simples transmissão e memorização de informações prontas e o educando é visto como um ser paciente e receptivo. Em uma concepção pedagógica mais moderna, a educação é concebida como experiência de vivências múltiplas, agregando o desenvolvimento total do educando. Nessa abordagem o educando é um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento. Nesse ponto de vista, a avaliação admite um significado orientador e cooperativo.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular. A avaliação não deve priorizar apenas o resultado ou o processo, mas deve como prática de investigação, interrogar a relação ensino-aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica. O erro passa a ser considerado como pista que indica como o educando está relacionando os conhecimentos que já possui com os novos conhecimentos que vão sendo adquiridos, admitindo uma melhor compreensão dos conhecimentos solidificados, interação necessária em um processo de construção e de reconstrução. O erro, nesse caso, deixa de representar a ausência de conhecimento adequado. Toda resposta ao processo de aprendizagem, seja certa ou errada, é um ponto de chegada, por mostrar os conhecimentos que já foram construídos e absorvidos, e um novo ponto de partida, para um recomeço possibilitando novas tomadas de decisões.

A avaliação, dessa forma, tem uma função prognóstica, que avalia os conhecimentos prévios dos alunos, considerada a avaliação de entrada, avaliação de input; uma função diagnóstica, do dia a dia, a fim de verificar quem absorveu todos os conhecimentos e adquiriu as habilidades previstas nos objetivos estabelecidos. Para José Eustáquio Romão, existe também uma função classificatória, avaliação final, que funciona como verificação do nível alcançado pelos alunos, avaliação de output. Através da função diagnóstica podemos verificar quais as reais causas que impedem a aprendizagem do aluno. O exemplo classificatório de avaliação oficializa a visão de sociedade excludente adotada pela escola.

[2]Tipos de Avaliação

Assim como as crianças e adolescentes aprendem de diferentes formas, avaliar esses conhecimentos também exige essa diversidade. Ao aderir a essa prática, os professores passam a ter uma dimensão mais completa e integral dos alunos.

Os principais tipos de avaliação são a diagnóstica, formativa, somativa e externa.

Avaliação diagnóstica

Como o próprio nome indica, esta modalidade possibilita identificar e mapear os saberes dos estudantes em relação a determinado objeto do conhecimento ou habilidade. No ciclo de alfabetização, a avaliação diagnóstica também pode ser chamada de sondagem e acontece periodicamente para acompanhar os avanços das crianças.

O mais comum é que aconteça no início de cada bimestre. Porém, o mais indicado é aumentar a frequência. “Ela deve acontecer várias vezes. A cada novo trabalho ou objeto de conhecimento precisamos de um diagnóstico”, diz Kátia Chiaradia.

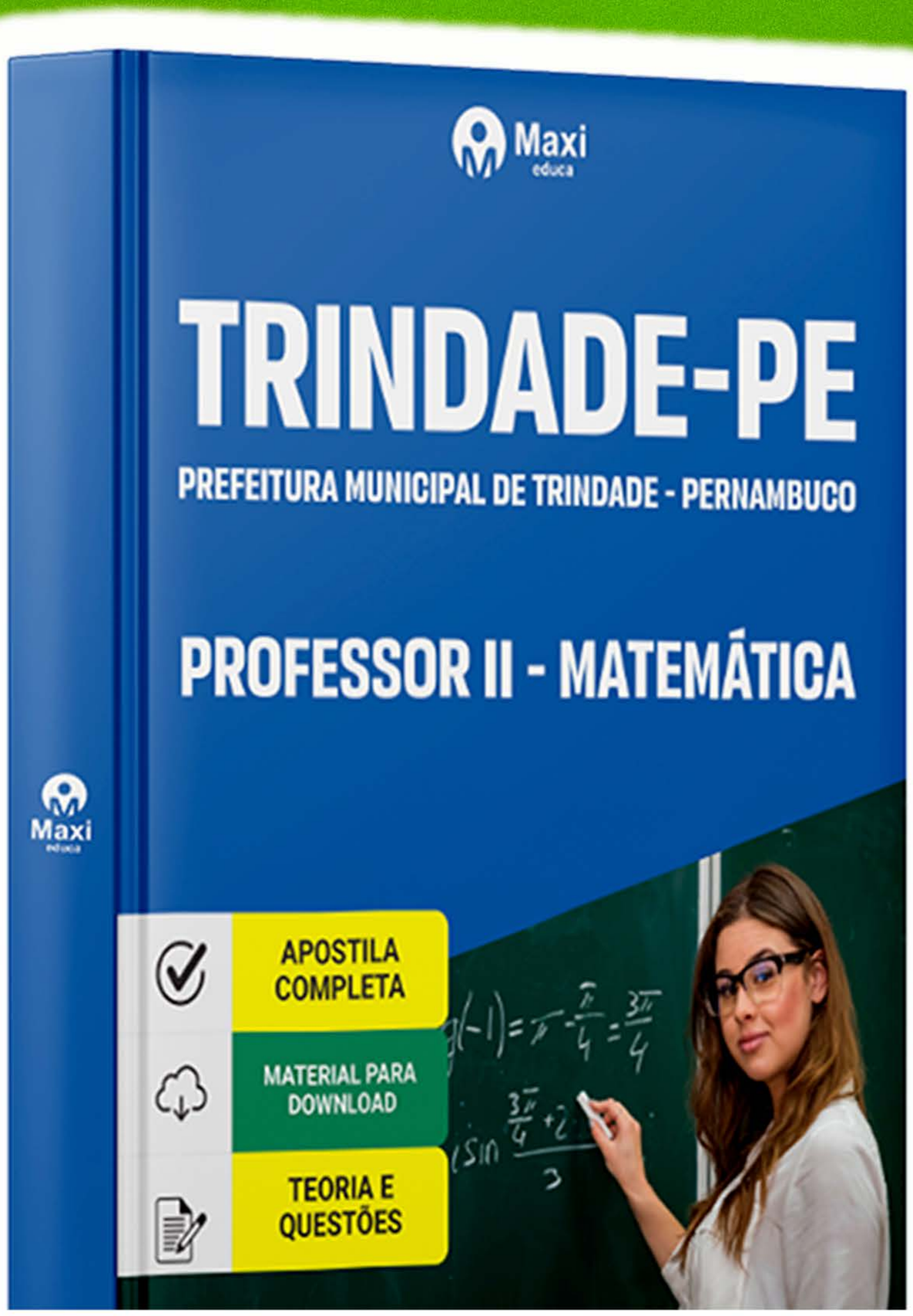
A avaliação diagnóstica deve ser capaz de verificar as lacunas, identificar os avanços e os pontos de destaque da turma. Esses dados são utilizados para orientar o planejamento docente e podem nortear, por exemplo, a organização de agrupamentos produtivos.

Olhar para aspectos socioemocionais e mapear interesses, hábitos e realidade de cada aluno também são pontos interessantes de se considerar na hora de planejar o diagnóstico.

---

1 https://educador.brasilescola.uol.com.br/trabalho-docente/avaliacao-escolar.htm
2 https://novaescola.org.br/conteudo/8778/o-que-e-avaliacao

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!